

Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*

de Maria Orlanda Pinassi

Da crítica à práxis: em busca de um marxismo para o século XXI

por Fabio Mascaro Querido**

Em Marx, como se sabe, teoria e história constituem momentos de uma só unidade dialética. Para o filósofo alemão, a teoria, ela mesma histórica, não constitui um *sistema fechado*, composto por uma arquitetura magistralmente sólida e estática. Ao contrário, como *teoria aberta*, deve se *atualizar* constantemente, respondendo às transformações histórico-concretas do capitalismo e das lutas sociais de vocação contra-hegemônica. Situa-se aí, na capacidade pouco comum em articular teoria e história e na tentativa sempre ávida de recompor o sentido historicamente radical da crítica marxista do presente, a força e a perspicácia do livro de Maria Orlanda Pinassi: *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*, que reúne uma coletânea de ensaios redigidos pela autora nos últimos anos, a maioria dos quais compilados em sua tese de livre-docência, defendida em 2007, na UNESP – Araraquara.

Unindo simplicidade e elegância na escrita, os textos comportam momentos empolgantes, que incitam a reflexão dos leitores. Do ecletismo do pensamento francês pós-revolucionário e suas ressonâncias no Brasil aos dilemas mais contemporâneos da práxis concreta do MST e das classes trabalhadoras, da “miséria tendencial da filosofia” no século XIX até a mais recente escalada da criminalidade

* São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

** Mestrando em Sociologia pela UNESP-Araraquara. Bolsista FAPESP. End. eletrônico: fabiomascaro@yahoo.com.br

no mundo do capital, os ensaios abarcam um conjunto temático amplo, motivo pelo qual podem ser lidos separadamente, sem prejuízo do entendimento. No entanto, há um fio que os unifica, que garante a coerência e a acuidade da análise: trata-se da tentativa de efetuar, sob a perspectiva da totalidade, uma “leitura ontológica de aspectos encerrados na dinâmica histórica do sistema de reprodução metabólica do capital” (p. 11), no momento mesmo em que este revela a sua face mais destrutiva e desumana.

Assim, se o “ponto de partida” é estabelecido pelas origens daquilo que Georg Lukács chamou de “decadência ideológica” do pensamento burguês – coincidente com a conclusão dos esforços revolucionários da burguesia e sua localização na estrutura de comando do capital –, o “ponto de chegada” não poderia ser outro senão a *crise estrutural* que, segundo István Mészáros, caracteriza a atualidade do sistema, “cujos problemas e contradições, até então considerados relativos e transitórios, encontram seus limites absolutos, crônicos e inexoráveis” (p. 11).

A crítica da materialidade do sistema do capital combina-se, então, com a crítica das manifestações ideológicas que – esgotado o período da “epopéia burguesa” em meados do século XIX – passaram a dar sustentação espiritual ao “progresso” material e tecnocientífico alcançados a partir daí. É o que se vê, por exemplo, no primeiro ensaio da coletânea (de título homônimo ao livro), no qual Pinassi refaz o trajeto que vai da “miséria ideológica” originária do momento pós-revolucionário do capitalismo ao “novo irracionalismo” decorrente do esgotamento contemporâneo da fase de ascensão histórica do capital, quando a “decadência ideológica” reconcilia-se, enfim, com a crise histórica mais geral do capitalismo.

Nesse quadro, manifesta-se uma “generalização” das soluções *apologéticas e irracionalistas*, agora não somente sob os auspícios explicitamente reacionários do irracionalismo de tipo fascista, senão também no próprio coração da “democracia liberal”: nos EUA. Não por acaso, a autora assinala a ocorrência de uma “metástase do irracionalismo” – título do segundo ensaio –, na qual a “barbárie consentida” recoloca na ordem do dia a necessidade de se redescobrir a autêntica *humanidade do homem*, que, após seu despertar no Renascimento, foi absolutamente submetida às exigências de consolidação da hegemonia burguesa, desde pelo menos a metade do século XIX – algo que se pode testemunhar igualmente no terceiro texto do livro, intitulado *A liberdade necessária e o tempo do verbo*. Como não poderia deixar de ser, é na periferia do sistema do capital que as suas contradições e dissensões destrutivas afloraram com maior visibilidade. Tal como nos mostra a autora no quarto e quinto ensaios (ambos destinados à reflexão sobre o MST), é justamente nos países de extração colonial como o Brasil – elos débeis do desenvolvimento desigual do capital – que os efeitos mais devastadores do esgotamento do progresso e da modernização são sentidos em toda a sua plenitude. Exatamente por isso, movimentos sociais como o

MST, longe de representarem um sinal de regressão, *podem* reunir as condições necessárias para enfrentar o desafio (trans)histórico de responder simultaneamente tanto aos crônicos problemas da nossa “via prussiana-colonial” – “entre os quais se destaca a forte concentração da propriedade da terra” – quanto os novos sintomas da crise do capital, “personificados na militância atingida pelo *desemprego estrutural*” (p. 66).

A apreciação teórica das potencialidades dos movimentos de massa na América Latina implica, porém, o imperativo básico de se repensar a configuração dos sujeitos históricos e dos instrumentos tradicionais – principalmente partidos e sindicatos – da luta socialista. Na perspectiva do livro em pauta, a degradação estrutural da classe trabalhadora, fato que no Brasil não é uma novidade histórica, exige uma perspectiva capaz de ir muito além “dos vaticínios cometidos pelas esquerdas no passado em nome de um proletariado idealmente instrumentalizado para a revolução” (p. 75). Trata-se da necessidade de se compreender o(s) sujeito(s) das lutas sociais do presente como um “sujeito que pensa e vive”, um sujeito em processo, que se constitui nas lutas sociais concretas (e não como uma categoria sociológica, estática e a-histórica), de onde salta aos olhos, por exemplo, o protagonismo atual das mulheres do MST no enfrentamento ao capital em suas várias dimensões, do macrocosmo social ao microcosmo opressivo da família nuclear.

A centralidade conferida à categoria da totalidade – princípio revolucionário do conhecimento, como diria o próprio Lukács – permitiu que a autora desvendasse também, no sétimo texto, como a intensificação da criminalidade no mundo contemporâneo – especialmente no Brasil, com a escalada das ações do PCC em 2006 – constitui, na verdade, uma manifestação perversa do caráter violento e destrutivo do capitalismo, desde a acumulação primitiva até sua composição atual, caracterizada pela íntima associação com o submundo do crime que pretendia combater. A ampliação da criminalidade urbana, nas sociedades contemporâneas, é uma das faces sociais (dos “bandidos que vão para a cadeia”) de uma realidade amplamente criminoso, imanente ao mundo do capital (cujas personificações constituem os “bandidos que *não* vão para a cadeia”).

Por essas – e por outras – razões, o livro de Maria Orlanda Pinassi constitui uma preciosa contribuição para os debates sobre a refundação crítica de um marxismo para o século XXI, um marxismo capaz de enfrentar – sem devaneios dogmáticos – os dilemas e as transformações contemporâneas do capitalismo, assim como as novas configurações da luta de classes e do proletariado (ou “pobretariado”) hoje. Retomando os aspectos centrais da leitura lukacsiana do marxismo, a autora destaca-se, porém, pela disposição permanente em “atualizar” a crítica marxista do capitalismo ainda existente, perspectiva que se revela através de sua apropriação original da obra de István Mészáros. Com isso, Maria Orlanda Pinassi escapa das tentações *teoricistas* (que “petrificam” a análise dialética em

modelos teóricos), o que lhe permite reatar os laços entre a reflexão teórica e a *aposta* sempre imprevisível na práxis das classes subalternas como o único caminho através do qual se torna possível vislumbrar a *necessidade* radical da emancipação humana. Afinal de contas, “o desencantamento *deste mundo* não precisa ser o desencantamento *do mundo*, a decadência *desta história* não precisa significar o *fim da história dos homens*, História que, de fato, nem ao menos começou” (p. 39).